

Diário da Assembléia

N.ºs. 2.420/2.421/2.422

CURITIBA, 20, 23 e 24 DE FEVEREIRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná

DEPUTADOS ESTADUAIS

1 -	ARMANDO QUEIROZ	(ARENA)
2 -	TULIO VARGAS	(ARENA)
3 -	OLAVO FERREIRA	(ARENA)
4 -	JORGE SATO	(ARENA)
5 -	ALENCAR FURTADO	(MDB)
6 -	IGO LOSSO	(ARENA)
7 -	FRANCISCO ESCORSIN	(ARENA)
8 -	ABRAHAO MIGUEL	(ARENA)
9 -	AGNALDO PEREIRA LIMA	(ARENA)
10 -	AMADEU PUPPI	(ARENA)
11 -	ANTONIO LOPES JUNIOR	(ARENA)
12 -	ARTHUR DE SOUZA	(ARENA)
13 -	DAVID FEDERMANN	(ARENA)
14 -	EMILIO CARAZZAI	(ARENA)
15 -	ERNESTO MORO	(ARENA)
16 -	ERONDI SILVERIO	(ARENA)
17 -	EURICO ROSAS	(MDB)
18 -	FABIANO BRAGA CORTES	(ARENA)
19 -	FUAD NACLI	(ARENA)
20 -	GABRIEL MANOEL	(ARENA)
21 -	HAROLDO BIANCHI	(ARENA)
22 -	IVO TOMAZONI	(ARENA)
23 -	JOAO MANSUR	(ARENA)
24 -	LEOPOLDO JACOMEL	(ARENA)
25 -	LUIZ CRUZ	(ARENA)
26 -	LUIZ MALUCELLI	(ARENA)
27 -	NELSON BUFFARA	(MDB)
28 -	OLIVIO BELICH	(ARENA)
29 -	OLIVIR GABARDO	(MDB)
30 -	OVIDIO FRANZONI	(ARENA)
31 -	PAULO CAMARGO	(ARENA)
32 -	PINTO DIAS	(ARENA)
33 -	ROBERTO GALVANI	(ARENA)
34 -	ROBERTO WYPYCH	(ARENA)
35 -	SEME SCAFF	(ARENA)
36 -	SILVIO BARROS	(MDB)
38 -	LAURO MULLER SOARES	(ARENA)

COMISSAO EXECUTIVA

Presidente: Arnanho Queiroz de Moraes.

1.º Vice-Presidente: Tulio Vargas. 2.º Vice-Presidente: Olavo Ferreira.
3.º Secretário: Jorge Sato. 2.º Secretário: Alencar Furtado. 3.º Secretário: Igo Lwnt Losso. 4.º Secretário: Francisco Escorsin.

LIDERANÇAS

ARENA — Lider: Erondi Silverio e Vice-Lider: Antonio Lopes Jr.
M.D.B. — Lider: Eurico Batista Rosas — Vice-Lider: Olivir Gabardo.

COMISSOES TECNICAS

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

ARENA — Emilio Carazzai — Presidente.

M.D.B. — Silvio Barros — Vice-Presidente.

ARENA — Ivo Thomazoni — Antonio Lopes Junior — Igo Losso —
Abrahaõ Miguel — Ovidio Franzoni — Roberto Wypych — Paulo Camargo —
Luz Cruz

M.D.B. — Olivir Gabardo.

Suplentes:

ARENA — Haroldo Bianchi — Fabiano Braga Cortes — Arthur de Souza —
Amadeu Puppi — Paulo Poli — Luiz Renato Malucelli — David Federmann —
Francisco Escorsin — Roberto Wypych — Roberto Galvani — Ernesto Moro.

M.D.B. — Eurico Rosas — Nelson Buffara.

Secretária — Maria Amália O. de Oliveira.

Reuniões — quintas-feiras.

COMISSAO DE ORÇAMENTO

ARENA — Fuad Nacli — Presidente.

M.D.B. — Silvio Barros — Vice-Presidente.

ARENA — Gabriel Manoel — Paulo Poli — David Federmann — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli.

Suplentes:

ARENA — Francisco Escorsin — Agnaldo Pereira Lima — Leopoldo Jacomel — Ernesto Moro Redeschi — Luiz Cruz — Pinto Dias.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Secretária — Eley Silva Batista

Reuniões — Condicionada a existência de matéria de sua competência

COMISSAO DE FINANÇAS

ARENA — Leopoldo Jacomel — Presidente.

ARENA — João Mansur — Vice-Presidente.

ARENA — Olivio Belich — Seme Scaff — Ernesto Moro — Roberto Galvani

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Suplentes:

ARENA — Antonio Lopes Junior — Ovidio Franzoni — Haroldo Bianchi

— Ernesto Moro Redeschi — Ivo Thomazoni — Gabriel Manoel.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Léllo Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — quintas-feiras.

COMISSAO DE OBRAS PUBLICAS

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

ARENA — Arthur de Souza — Presidente.

ARENA — Pinto Dias — Vice-Presidente.

ARENA — Haroldo Bianchi — Igo Losso

M.D.B. — Eurico Batista Rosas

Suplentes:

ARENA — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Igo Losso —

Olivio Belich.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Secretário — Roberto D. Sátyro.

Reuniões — Condicionada a existência de matéria de sua competência

COMISSAO DE AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO

ARENA — Antonio Lopes Junior — Presidente.

MDB — Nelson Buffara — Vice-Presidente.

ARENA — Leopoldo Jacomel — David Federmann.

ARENA — Luiz Cruz.

Suplentes:

ARENA — Abrahaõ Miguel — Luiz Renato Malucelli — Amadeu Puppi —

Seme Scaff.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — sextas-feiras.

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRACAO E COLONIZACAO

ARENA — Leopoldo Jacomel — Presidente.

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Vice-Presidente.

ARENA — Fabiano Braga Cortes — Olivio Belich.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA — Arthur de Souza — Abrahaõ Miguel — Emilio Carazzai —

Agnaldo Pereira Lima.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — Ivo Gusso.

Reuniões — Condicionada a matéria.

COMISSAO DE REDACAO

ARENA — Ivo Thomazoni — Presidente.

M.D.B. — Olivir Gabardo — Vice-Presidente.

ARENA — Roberto Galvani — Agnaldo Pereira Lima — Abrahaõ Miguel

Suplentes:

ARENA — Gabriel Manoel — Fabiano Braga Cortes — Ovidio Franzoni —

João Mansur.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Antonio Lacerda Braga Neto.

Reuniões — Condicionada a existência de matéria de sua competência.

COMISSAO DE POLICIA

ARENA — Paulo Camargo — Presidente.

M.D.B. — Nelson Buffara — Vice-Presidente.

ARENA — Ernesto Moro Redeschi — Roberto Galvani — Haroldo Bianchi.

Suplentes:

ARENA — Luiz Cruz — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso — Pinto

Dias

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — José Tavares do Canto Filho

Reuniões — 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras.

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

ARENA — Ovidio Franzoni — Presidente.

ARENA — Amadeu Puppi — Vice-Presidente.

ARENA — Paulo Camargo — David Federmann.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA — Emilio Carazzai — Haroldo Bianchi — Ernesto Moro Redeschi —

Igo Losso.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — Loris Cordeiro de Barros.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

ARENA — Paulo Poli — Presidente.
ARENA — Roberto Wypych — Vice-Presidente.
ARENA — Gabriel Manoel — Abrahão Miguel.
M.D.B. — Sílvio Barros.
Suplentes:

ARENA — Olívio Belich — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni — Luiz Cruz.
M.D.B. — Olívio Gabardo.
Secretário: — Alberto Carazzini Neto.
Reuniões: —

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ARENA — David Federmann — Presidente.
M.D.B. — Olívio Gabardo — Vice-Presidente.
ARENA — Arthur de Souza — Igo Losso — Fuad Nacli.
M.D.B. —
Suplentes:
ARENA — Ernesto Moro — Luiz Cruz — Luiz Roberto Malucelli — Olívio Belich.
M.D.B. — Sílvio Barros.
Secretário: — Gilberto Felix da Silva.
Reuniões: — 3.a e 5.a feiras.

COMISSÃO DE TURISMO

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Presidente.
M.D.B. — Eurico Batista Rosas — Vice-Presidente.
ARENA — Seme Scaff — Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni.
Suplentes:
ARENA — João Mansur — Francisco Escorsin — Leopoldo Jacometti — Haroldo Bianchi.
M.D.B. — Nelson Buffara.
Secretário: — Maria Stella M. do Amaral Gurgel.
Reuniões: —

COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL

ARENA: Abrahão Miguel — Presidente; Antônio Lopes Júnior — Túlio Vargas — Luiz Renato Malucelli. MDB: José Alencar Furtado — Olívio Gabardo. Secretária: Elcy Silva Batista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 265.ª Sessão Ordinária — (Convocação Extraordinária) Realizada em 20 de Fevereiro de 1970

Presidência do sr. deputado Olavo Ferreira, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Luiz Malucelli.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Túlio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Losso, Francisco Escorsin, Abrahão Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Tuppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, David Federmann, Emílio Carrazzi, Ernesto Moro, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jacometti, Luiz Malucelli, Olívio Belich, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff e Sílvio Barros (35); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Luiz Cruz, Nelson Buffara e Lauro Soares (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

EMENDAS:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 73 — leia-se:
O funcionário civil ou militar será aposentado.
Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1970
(a) Sílvio Barros

JUSTIFICATIVA:

No processo de aposentadoria difere a situação do funcionário civil em relação ao militar, de vez que os funcionários civis de acordo com o item III deste artigo são aposentados voluntariamente após 35 anos de serviço e os militares são compulsoriamente aposentados, não se justificando tal medida discriminatória que, inofensivamente, prejudica e violenta os funcionários militares do Estado, criando mesmo sério problema, porquanto, a Polícia Civil e Militar que cumprem as mesmas obrigações de acordo com o artigo 23 desta Constituição, têm um tratamento diferente no que diz respeito ao processo de aposentadoria, razão pela qual entendemos válida esta oportunidade para sanarmos esta distorção existente.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Emenda modificativa ao Art. 90 § 1.º alínea C.
Que passará a ter a seguinte redação:
Somente após três anos de exercício na respectiva entrância poderá o Juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito quem aceite o lugar vago.
Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1970.
(a) Sílvio Barros

JUSTIFICATIVA:

De acordo com emenda constitucional, hoje Lei maior em vigência, verifica-se que na Seção VIII, Art. 144, item II, alínea C, o preceito de Lei preconiza 3 anos de exercício em cada entrância, para promoção. Assim, nossa emenda visa tão somente fazer com que nossa Constituição não possua vícios inconstitucionais.

EMENDA SUBSTITUTIVA

A Proposição n.º 16-70

Na Proposta de Emenda à Constituição do Estado, Capítulo VI, Título V, "Das Disposições Gerais e Transições", art. 147, onde se lê 27 e 28 de fevereiro, leia-se 30 e 31 de março.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1970

(a) Olavo Ferreira

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

MODIFICATIVA

O parágrafo único do Art. 102, passará a ter a seguinte redação: Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a 35 anos, inscritos há dois anos na Ordem dos Advogados do Brasil ou até 40 anos se inscrito e funcionário público.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1970.

(a) Sílvio Barros

EMENDA À PROPOSIÇÃO N.º 16-70

Emenda ao art. 136, item I, que passará a ter a seguinte redação:
1 — Criação de escolas públicas para cada núcleo de 100 habitações.
Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1970.

(a) Sílvio Barros

JUSTIFICATIVA:

A emenda, proposta preconiza a ampliação das responsabilidades da administração pública em relação à criação das escolas, bem como dos colégios estaduais. Na Constituição anterior a 67, a obrigatoriedade constitucional se verifica quando o núcleo possuía 500 habitações. Já em 67, fixou-se em 200 habitações a norma constitucional, assim pretendemos nesta adaptação propor a responsabilidade do Governo seja mais ampliada visando, especificamente, o atendimento das populações interioranas, bem como diminuir a sobrecarga das administrações municipais.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

-ORDEM DO DIA-

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emendas à Proposição n.º 16-70, de Reforma à Constituição, constantes do Expediente, de autoria dos srs. deputados Sílvio Barros e Olavo Ferreira. — A Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 26-69, dispondo sobre a realização de sessões pela Assembleia Legislativa, em local diverso da Capital e das outras providências. — Aprovado

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 26-69.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Assembleia Legislativa do Estado poderá, em caráter excepcional, realizar sessões em local diversos da Capital.

Art. 2.º — Para o fim de que trata o artigo primeiro, o requerimento deverá ser apresentado devidamente fundamentado e subscrito no mínimo, por um terço (1/3) dos membros da Assembleia.

Parágrafo Único — O requerimento somente será considerado aprovado se obtiver o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Assembleia (§ único, art. 24, da Constituição do Estado).

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Agnaldo Pereira Lima — Relator
Olívio Gabardo

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 106-69, autorizando o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Associação de Amparo ao Menor da cidade de Londrina. — Aprovado

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Amparo ao Menor de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de fevereiro de 1970

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Agnaldo Pereira Lima — Relator
Roberto Galvani, Olívio Gabardo

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 6-70, Mensagem Governamental n.º 2-70, que altera dispositivos da Lei n.º 5.775 de 17-5-68, que dispõe sobre concessão de autorização de empréstimos externos destinados a custeio com Obras Rodoviárias Estaduais. — Aprovado

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 6-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 2.º, da Lei n.º 5.775, de 17 de maio de 1968 e a alínea "n", do art. 3.º da mesma Lei, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a CODEPAR (atual Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEF), poderá oferecer Notas Promissórias emitidas pelo Governo do Estado ou pelo Banco do Estado do

Paraná S.A., respeitadas quanto a este as limitações legalmente impostas e além do seu próprio aval também o aval do Governo do Estado, nas operações a serem realizadas".

"Art. 3.º —

a) — juros anuais até o limite máximo fixado pelo Banco Central da República, pagáveis semestralmente e sempre sobre o saldo devedor".

Art. 2.º — O art. 4.º, da Lei n. 5.775, de 17 de maio de 1.968, fica acrescido da alínea "e", com a seguinte redação:

e) — para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamento externo, poderá o Poder Executivo colaborar na conclusão das mesmas com recursos próprios, que correrão por conta de dotação orçamentária específica".

Art. 3.º — Para complementação de recursos destinados à execução do plano de obras rodoviárias estaduais, fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos externos até o limite de NCr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros novos).

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, na dotação 70-4 2-62-03-0, Departamento de Estradas de Rodagem, Consignação 4.3.3.0, "auxílios para obras públicas", um crédito suplementar até o valor de NCr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros novos), servindo como recurso para sua abertura, o produto dos empréstimos de que trata o artigo anterior.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

(aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente
Roberto Galvani — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 374-68, declarando de Utilidade Pública o Ambulatório Médico gratuito "Sol do Oriente" mantido pela loja Maçônica do mesmo nome, com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 374-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Ambulatório Médico Gratuito "Sol do Oriente", mantido pela Loja Maçônica do mesmo nome, com sede na cidade de Curitiba, à rua Portugal n. 350.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

(aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente
Roberto Galvani — Relator

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 261-69, de autoria do dep. Túlio Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Propaganda "APP", com sede e fóro em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, criando uma Escola Normal de Gráu Colegial, na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.970. — Pareceres favoráveis das C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Apucarana a Pôrto Uba. — Pareceres favoráveis com Substitutivo Geral da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 123-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Pôrto Uba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1969

(a) Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

FALECER ao Projeto de Lei n. 123-69

1. Visa o nome deputado Luiz Renato Malucelli, por intermédio da presente Proposição, transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Pôrto Uba.

2. O Projeto não fere preceito de ordem regimental, pois vem articulado e devidamente justificado.

3. Por outro lado, não apresenta óbices de ordem constitucional ou legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

4. Isto posto, somos pela sua aprovação, na forma do substitutivo anexo, isto para atender a melhor técnica legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1969

(aa) Emílio Carazzai — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Arthur de Souza

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 123-69

"Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Pôrto Uba, no rio Ivaí, município de Jardim Alegre.

"Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Comissões, em... de setembro de 1969

Presidente
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

FALECER ao Projeto de Lei n. 123-69

1. — Projeto de lei de natureza autorizatória, de autoria do nome deputado Luiz Renato Malucelli, no sentido de que seja transferida para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a estrada que liga Apucarana a Pôrto Uba.

2. — A iniciativa vem de encontro com os interesses daquelas comunas paranaenses, grandes produtoras agrícolas;

3. — Nada há de ilegal ou inconstitucional;

4. — Nos termos do substitutivo oferecido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Comissões, em...

(aa) Arthur de Souza — Presidente
Eurico Batista Rosas — Relator
Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE FINANÇAS

FALECER ao Projeto de Lei n. 123-69

O Projeto de Lei em estudo, não fere preceitos constitucionais de ordem financeira, visto ter dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado, para ocorrer com as despesas de Rodovias.

Nosso Parecer portanto é pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1970

(aa) Leopoldo Jacometti — Presidente
Ernesto Moro — Relator
João Mansur, Roberto Galvani, Olívio Belich

Discussão Única — da Proposição n. 375-68, do dep. Estadual de São Paulo, Hélio Dejtiar, encaminhando Proposta de Emenda n. 2-68 à Constituição do Brasil. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — Aprovado o Parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 375-68

FALECER

1. A emenda à Constituição do Brasil proposta pelo ilustre Deputado Hélio Dejtiar, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, não encontra sustentáculo na Carta Magna que passou a vigor a partir de 30 de outubro de 1.969. No seu artigo 46 e itens I e II, a Lei Maior confere prerrogativas para alteração do texto constitucional apenas aos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ao Presidente da República.

2. Nestas condições, face impedimento aos membros das Assembleias Estaduais para emendar a Carta Magna, o nosso parecer é pela rejeição da Proposição ora sob exame desta Douta Comissão.

E o Parecer

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969

(aa) Emílio Carazzai — Presidente
Abraão Miguel — Relator
Haroldo Bianchi, Silvio Barros, Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 399-69;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 117-69;

Discussão Única — da Proposição n. 12-69.

Levantar-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 286.ª Sessão Ordinária —

(Convocação Extraordinária)

Realizada em 23 de Fevereiro de 1970

Presidência do sr. deputado Armando Queiroz, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Alencar Furtado.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Túlio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Losso, Francisco Escorsini, Abraão Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Ama-deu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Ernesto Moro, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jacometti, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olívio Belich, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Sena Scalf, Silvio Barros e Lauro Soares (36); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann e Fuad Nacili (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

A fim de dar tempo à publicação do avulso do Projeto de Adaptação da Constituição, o relator da Comissão Especial requer, após ouvido o Plenário, seja realizada a sessão de amanhã, dia 24, às 20 horas, em vez das 14.30 e do dia 25, às 9 horas da manhã, em virtude da sessão especial marcada para a tarde do mesmo dia.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1970

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em dia da semana passada, do prestante cidadão dr. Aldeiro Marins.

JUSTIFICATIVA:

Aldeiro Marins além de médico humanitário, exerceu vários cargos

de proteção entre os quais o de Diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná e o de Chefe de Gabinete do Vice-Governador do Estado.

Como não, requer ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1970.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer que, após ser ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do dia de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Raphael Archanjo Machado (Fáeco), o extinto era funcionário público aposentado do Laboratório Geral do Estado e ex-atleta do Britânia Esporte Clube.

Requer ainda seja comunicada à família enlutada na pessoa de sua esposa sr. Lydia Machado, à rua Rockefeller, n. 973.

Sala das Sessões, em 23-2-70

(a) Luiz Malucelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de luto e pleno apoio ao Ilustre coronel Valdir Martins, frente ao Comando Geral do C.P.O.R. de Curitiba.

Requer ainda a decisão desta Assembleia Legislativa, seja dado conhecimento ao Comando citado.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1970.

(a) João Mansur e Olavo Ferreira

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei n. 20-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele município a Bacia Leiteira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1970

(a) Leopoldo Jacomet

JUSTIFICATIVA:

O convênio que ora se pretende autorizar é de grande alcance, tendo em vista que a Bacia Leiteira, recém instalada no município da Lapa, trará a esta Capital, grandes e inevitáveis serviços, ainda mais, sabendo-se que virá suprir de maneira satisfatória, o mercado agropecuario.

Por outro lado, é inegável que referida região experimentalizará sensível progresso, que é a grande meta da administração estadual.

Somente estas razões autorizam a apresentar o presente Plano de Lei, o qual submetemos à apreciação de nossos Ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento.

O SR. PRESIDENTE — Está lida a leitura do Expediente.

Conceda a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Eu e os Deputados que nos acompanharam nas cerimônias de transmissão dos cargos dos prefeitos da região considerada de segurança nacional, estamos a esta tribuna para fazer comentários sobre o que lá vimos e o que lá sentimos.

Sr. Presidente, srs. Deputados, como é do conhecimento de todos realizaram-se nos dias 19 e 20 do corrente, nos municípios de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Pérola d'Oeste e Marechal Rondon, a cerimônia da transmissão de cargos dos ex-prefeitos para os prefeitos nomeados por S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel, com a aquiescência do sr. Presidente da República, nos termos da Constituição vigente.

O que nos anima, sr. Presidente, vimos a esta tribuna é o fato de que, muito embora nomeados interventores, os prefeitos foram recebidos pelas populações locais com uma festividade jamais vista em ocasião similar.

No município de Medianeira, município encravado na região Oeste do Paraná, que liga a estrada que demanda a Barracão, a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, que liga a região sul do país à região oeste do Paraná e às Cataratas do Iguaçu, Medianeira apresentava-se tranquila, muito embora os boatos que aqui ouviamos de que haveria um certo estremecimento por parte da população. Mas, qual não foi a nossa surpresa quando o sr. Luiz Bonato, acompanhado de S. Exa. o desembargador Lauro Fabricio de Mello, então representando S. Exa. o Governador do Estado, acompanhado do Ilustre deputado federal Zacarias Seleme, do digno representante daquela região deputado Ivo Tomazoni, deputado Paulo Poli e deste que lhes fala, tomou posse, dentro de um clima de tranquilidade, de um clima em que a sua população respirando aquele ar puro característico da região oeste, recebia o novo prefeito, o interventor nomeado, de braços abertos, dando-nos a nítida impressão de que aquela nomeação representava a vontade popular daquele município.

Mes sr. Presidente, as cerimônias continuaram e nos dirigimos ao próximo município de São Miguel do Iguaçu, município pequeno, onde praticamente não existe nenhuma indústria, mas município cuja pujança agrícola se manifesta em toda a região e até na sede do Governo.

De lá nos transferimos para o município de Pérola d'Oeste, após ter ido antes ao sr. Ferdinando Pagote, de São Miguel do Iguaçu, nos dirigimos à Pérola do Oeste e lá numa cerimônia singela e modesta é verdade, foi confirmado o nome de Henrique Berti, como interventor dessa comunidade na administração que já vinha exercendo, na qualidade de Prefeito Municipal.

Em seguida a Comissão se dirigiu ao próspero município de Marechal Rondon, meca da suinocultura brasileira, município que, em quatro ou cinco anos, revolucionou tudo aquilo que se possa imaginar em termos de suinocultura.

Marechal Cândido Rondon que tem se evidenciando no quadro político e no quadro sócio-econômico do Paraná, nos deu a nítida impressão de que as autoridades estaduais e federais haviam, com muito acerto, escolhido

um prefeito, escolhido um representante à altura de Marechal Cândido Rondon.

Nós, sr. Presidente, srs. Deputados, que lá estivemos, juntamente com os deputados estaduais Paulo Poli e Ivo Tomazoni, o deputado federal Zacarias Seleme e com o desembargador Lauro Fabricio de Mello, representando S. Exa. o sr. Governador do Estado, voltamos impressionados com a tranquilidade do povo daquela região dando a todos a certeza de que estão lutando, cada vez mais para o desenvolvimento da região, é verdade, mas contribuindo, com o seu trabalho para o desenvolvimento do Estado do Paraná e desta grande pátria brasileira que nós tanto aprendemos a amar.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Roberto Wypych, permita-me V. Exa. que, neste aparte sucinto, dê o meu testemunho a esta Casa.

Primeiro, muita honra para este Deputado haver participado de uma Comissão da qual V. Exa. também participou, com a finalidade de representar esta Casa nas solenidades de transmissão dos cargos de prefeitos dos quatro municípios considerados de Segurança Nacional.

Quero, nobre Deputado, reafirmar, como V. Exa., o clima de ordem e tranquilidade com que se verificaram as festividades de transmissão de cargos. Observamos o apoio que, de ante-mão, recebiam os interventores por parte da população daqueles municípios.

Observamos o prestígio que V. Exa. desfrutava naquela área do oeste paranaense, notadamente no município de São Miguel do Iguaçu, o prestígio e o respeito que merecem V. Exa. e o deputado Paulo Poli no município de Marechal Rondon, dando o testemunho do trabalho de V. Exas. vêm desenvolvendo em favor do progresso daquela região paranaense.

Ao dar este aparte, me permito consignar os meus votos de uma gestão profícua aquela que será exercida por aqueles prefeitos interventores, e, mais uma vez, que a opinião pública do Paraná saiba que o clima reinante naquele município é da mais absoluta ordem e tranquilidade.

Está V. Exa. de parabéns por aquilo que acabamos de constatar, pelo alto prestígio que goza junto àquela faixa de terra junto ao Estado do Paraná. Era o aparte.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Agradeço, nobre deputado Ivo Tomazoni, o honroso aparte que V. Exa. me concedeu, enriquecendo o relatório que estamos tentando prestar a esta Casa. V. Exa., que em si é um batallhão infatigável pelo desenvolvimento da região sudoeste do Paraná, é também diga-se de passagem, um desses homens forjados pela vida, que o capacita também para representar o povo daquela região.

V. Exa., é verdade, sente conosco que a região oeste do Paraná representa hoje a grande esperança do amanhã. E a certeza que temos, no presente, de que em lutas passadas, de que as dificuldades que se nos antepuseram até hoje, estão sendo dia-a-dia vencidas, graças à pujança do povo daquela região, graças à fertilidade daquele solo, graças ao apoio que temos recebidos de S. Exa. o sr. Governador do Estado.

Ainda há pouco tempo, lembrámo-nos bem, na inauguração que se procedeu da Usina de Foz do Chopim, então batizada Júlio de Mesquita, oportunidade em que lá estiveram líderes desta Casa, como é o caso do nobre deputado Fabiano Braga Góes; que também detém em suas mãos a liderança de uma parcela daquela região, que detém em suas mãos a vontade popular de grande parte da população de Toledo. Nós nos sentimos, sr. Presidente honrados neste instante, quando num aparte brilhante do nobre deputado Ivo Tomazoni, podemos sentir que não estamos sós. E o desenvolvimento que se processa naquela região, que é o trabalho de todo povo, que é o trabalho do Governo, faz com que, efetivamente, a região oeste do Paraná se transforme em uma das regiões mais prósperas do Estado do Paraná.

E ao terminar, sr. Presidente, quero congratular-me com as autoridades constituídas pela brilhante e inteligente indicação dos prefeitos Luiz Bonato para o município de Medianeira, Henrique Berti para Pérola do Oeste, Ferdinando Luiz Pagote para o município de São Miguel do Iguaçu, e do sr. Danilo Silveira Piersch para o município de Marechal Cândido Rondon.

Ao congratular-me com as autoridades aqui constituídas, quero aproveitar o ensejo para dizer a todos da satisfação que temos em verificar que S. Exa. o sr. Presidente da República, líder de todos os brasileiros, recebeu com bons olhos a indicação desses homens e os aproveitou efetivamente para que, nos respectivos municípios, construam o progresso daquele rincão querido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encontra-se em visita a este Plenário, S. Exa. o sr. general Mário Gomes, ex-interventor do Paraná e ex-deputado federal.

Esta Presidência manifesta sua honra e todo seu prazer em revê-lo. Com a palavra o sr. deputado Paulo Poli, inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Era intenção nossa, na tarde de hoje, nesta passagem por esta tribuna, fazer aqui um relato das posses dos prefeitos e interventores designados por S. Exa. o sr. Presidente da República e nomeados pelo Decreto do sr. Governador do Estado, falou sobre o assunto o eminente e nobre colega Roberto Wypych que para honra e satisfação nossa nos acompanhou naquela solenidade. Queremos, então, deixar aqui consignado o qual é estimado este grande e verdadeiro líder de todos os municípios paranaenses, deputado Roberto Wypych, como também, o deputado, Ivo Tomazoni. Foi uma honra, para toda Marechal Cândido Rondon, a presença destes homens naquela solenidade.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quando visitamos também aquela mesma região recebemos, das mãos do Presidente do Sindicato Rural daquele município, um ofício fazendo uma série de reivindicações que julgamos muito sérias.

Fomos a S. Exa. o sr. Secretário da Fazenda e relatamos a S. Exa. o que continha o ofício. Tratava-se de forragem que aqueles colonos adquirem para alimentar os suínos que são finalmente vendidos para exportação.

Como dizia aquele documento sr. Presidente, srs. Deputados, nos sentimos que realmente os colonos, no que reivindicam e no que solicitam ali, estão plenos de razão. Eis que eles pagam o ICM quando adquirem a forragem para alimentar aqueles animais. Mais tarde o ICM é cobrado novamente sobre a venda do próprio suíno, incidindo, portanto, duas vezes sobre o mesmo produto.

Este assunto, que achamos bastante delicado, é muito importante e foi motivo de reunião com S. Exa. o sr. Secretário da Fazenda; e, em palestra com S. Exa., autorizou-nos o titular daquela Pasta que se elabore um projeto de lei que dê o seu benefício, o seu apoio, isentando, através

desta carta legal, os produtores de suínos, quando adquirem forragem para alimentação de animais que são vendidos mais tarde no mercado. Que ficam isentos do pagamento do ICM, ou então que, quando este pagamento seja efetuado, na época da venda do animal, a importância gasta em forragem seja reduzida da cobrança que será feita, posteriormente à venda do animal.

E o que reputamos muito importante, porque Mal. Cândido Rondon, como disse o deputado Roberto Wypych em sua brilhante oração e o sr. deputado Ivo Tomazoni, em apertes, realmente talvez seja o maior produtor de suínos da América do Sul. Em todos os recantos daquele município, cujas terras são as mais férteis do Paraná e do mundo, nota-se uma colonização de homens capacitados e que se dedicam, em sua maioria, à criação de suínos. Realmente, é grande a produção desses animais naquele município, daí o fato daquele Sindicato nos ter oferecido, e seus membros e diretoria nos procurado, naquela cidade, para que abordássemos junto às autoridades este assunto.

E com satisfação que estamos trazendo, à Casa e à imprensa, a informação de que já falamos com o sr. secretário da Fazenda, Rubens Bailão Leite, sensível sempre às reivindicações do povo, cômico e responsável e que olhou com bastante seriedade e muita simpatia este problema.

Queremos, de antemão, deixar em nome do povo rondonense, em nome daqueles colonos, nossos agradecimentos antecipados pela compreensão de S. Exa. e pela seriedade com que foi tratado este assunto.

Assim é que, nos próximos dias, daremos andamento ao projeto de lei que estamos regulando em definitivo a situação daqueles colonos que, realmente, produzem alimentos para toda a nossa população.

Falamos as palavras que tínhamos a dizer na tarde de hoje. — (Sem resposta do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente. Necessita de apuramento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 399-68, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 399-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1970

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Agnaldo Pereira Lima — Relator
Roberto Galvani, Olivir Gabarda

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, criando uma Escola de Grau Colegial, na sede do Município de Apurá, para funcionar no ano letivo de 1970. — Pareceres da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Ao Projeto foi oferecida uma Emenda, de autoria do sr. deputado Ovidio Franzoni, no seguinte teor: "Onde se lê 'Ano Letivo de 1970', leia-se: 'Ano Letivo de 1971'". Necessita de apuramento. — Apoiado. Em votação a Emenda. — Aprovada. Em votação o Projeto. — Aprovado.

4a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Fôrtio Uba. — Pareceres favoráveis com Substitutivo Geral da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

5a. Discussão — do Projeto de Lei n. 117-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira no mesmo Município. — Pareceres favoráveis com Substitutivo da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 117-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., da Secretaria dos Transportes, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo município, numa extensão de 32 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1969.

(a) Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 117-69

Pretende o nobre Deputado Paulo Poli, através do presente Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria dos Transportes, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo município, numa extensão de 32 kms.

Trata-se de Plano de Lei autorizatório e vem articulando nos termos previstos pelo Regimento Interno.

O Projeto em exame não fere preceito quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Em razão do exposto, somos pela aprovação da presente proposição. E o parecer.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1969.

(aa) Emílio Carazzini — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Roberto Wypych, Olivir Gabarda, Ovidio Franzoni, Antônio Lopes Júnior, Haroldo Bianchi e Wilson Fortes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 117-69

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., da Secretaria dos Transportes, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo Município, numa extensão de 32 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1969.

(aa) Emílio Carazzini — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Roberto Wypych, Ovidio Franzoni, Sílvia Barros, Ivo Tomazoni, Wilson Fortes, Olivir Gabarda, Antônio Lopes Júnior, e Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER AO PROJETO DE LEI N. 117-69

O presente Projeto, de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, tem por objetivo transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo Município.

2. A d.ª Comissão de Constituição e Justiça já opinou favoravelmente à aprovação do presente Plano de Lei, nos termos do Substitutivo anexo.

3. O presente Projeto é digno de todos os louvores, pois pretende dar melhores condições de tráfego ao trecho de 32 kms que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo Município.

4. Possuindo o D.E.R., como efetivamente possui, maiores recursos para a conservação e melhoria de estradas, o referido trecho de estrada, atualmente sob a responsabilidade da Prefeitura local, passará a oferecer mais segurança aos usuários, com reflexos positivos na economia estadual.

5. Assim, s.m.j., opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1969.

(aa) Arthur de Souza — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Pinto Dias, Eurico Rosas e Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 117-69

Meritória é a iniciativa do nobre Deputado Paulo Poli, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira, no mesmo Município.

2. Entendemos que o presente Projeto de Lei não gera despesa, visto existir no Orçamento Geral do Estado, dotação própria para atendimento deste faez.

3. Assim sendo, opinamos favoravelmente, de acordo com o Substitutivo da d.ª Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

João Mansur — Relator

Olivio Belich, Eurico Rosas e Roberto Galvani

Discussão Única — da Proposição n. 12-68, Ofício n. 980-87-DL, da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando que em Sessão Plenária realizada naquele Legislativo Municipal, aprovou Proposição de autoria de Edil Arlindo Ribas de Oliveira, como específica. — Parecer da C.C.J. pelo Arquivamento. — Em votação o Parecer. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 12-68

PARECER

1. A reivindicação do Ilustre Vereador Arlindo Ribas de Oliveira junto a Casa, tornou-se estemporânea com a edição da nova Constituição do Brasil, promulgada em 17 de outubro de 1969, para vigor a partir de 30 do mesmo mês. A Carta Magna, no artigo 32 e seus parágrafos de 1.º a 4.º, estabelece condições de imunities aos membros do Senado Federal e Câmara dos Deputados. Consequentemente, na adaptação da Carta Política do Estado à Constituição da República, os legisladores do Estado terão que se limitar ao texto da Lei Maior.

2. Nestas condições, o nosso parecer, salvo melhor entendimento, é pelo Arquivamento da Proposição ora sob exame desta Douta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969.

(aa) Emílio Carazzini — Presidente

Abraão Miguel — Relator

Haroldo Bianchi e Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando a realização da sessão de amanhã, às 20.00 horas, ao invés de às 14.30, e a sessão ordinária do dia 25, às 9.00 horas, em virtude da sessão especial marcada para a tarde do mesmo dia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Aldeziro Martins. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Raphael Archanjo Machado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando um voto de louvor ao cel. Valdir Martins. — Aprovado.

A Presidência comunica ao srs. Deputados que, em virtude de requerimento aprovado pelo Plêndrio, a sessão ordinária de amanhã será realizada às 20.00 horas; sessão noturna, portanto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, terça-feira, dia 24, às 20.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 165-63;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 117-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 116-69;

Discussão Única — da Proposição n. 430-63.

Levantar-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 267.ª Sessão Ordinária —
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 24 de Fevereiro de 1970

Presidência do sr. deputado Armando Queiroz, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Alencar Furtado.

Às 20.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Túlio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Lasso, Francisco Escorsini, Abraão Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Ama-deo Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, David Federmann, Emílio Carazzai, Ernesto Moro, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacif, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, Leopoldo Jacomet, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olívio Belich, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sívio Barros (36); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: João Mansur e Lauro Soares (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer se digne de encaminhar ao exmo. sr. Governador do Estado do Paraná o pedido de informações abaixo alinhado, para que o exmo. sr. Secretário dos Negócios da Fazenda informe o seguinte:

1.º — Qual o montante, específico, da dívida interna e externa do Estado do Paraná?

2.º — Qual o valor dos avais concedidos pelo Governo do Estado do Paraná?

3.º — Quanto paga de juros o Estado do Paraná por tais compromissos?

4.º — Quais os compromissos em que o Governo do Paraná se encontra inadimplente?

Em caso positivo, arrazoar.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 1970.

(a) José Alencar Furtado

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa) Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a hora do Expediente. Passa-se a **ORDEM DO DIA**, com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo sr. deputado Abraão Miguel, presidente da Comissão da Reforma à Constituição, nos seguintes termos: (Lê): **"COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO"**

Ofício n. 8-70

Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de apreciação pelo Plenário, o incluso trabalho elaborado por esta Comissão, incorporando no texto da Constituição Estadual, as alterações introduzidas à Carta Federal, pela Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969.

O trabalho ora oferecido inclui, em seu texto as sub-emendas oferecidas à Proposta inicial desta Comissão, e que obtiveram parecer favorável.

Nesta oportunidade, ao concluirmos a árdua missão que nos foi atribuída pelos integrantes desta Casa, queremos expressar a nossa gratidão pela confiança com que fomos distinguidos, que o nosso trabalho represente aquilo que de melhor se possa oferecer ao povo paranaense.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de cordial estima e da mais alta consideração.

(a) Abraão Miguel

A Presidência está distribuindo aos srs. Deputados, os Avulsos indispensáveis para que a matéria possa ser do conhecimento de todos os srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 165-69, que declara de Utilidade Pública a Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido "AFAN", com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 165-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido "AFAN", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1970

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Agnaldo Pereira Lima — Relator

Roberto Galvani e Luiz Cruz

4a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, criando uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.970. — Pareceres das C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Com Emenda de 3a. Discussão. — Aprovados Projeto e Emenda.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que transfere ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana a Porto União. — Pareceres favoráveis com Substituto Geral da C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 117-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de

conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Rolândia ao Distrito de Pitangueira no mesmo Município. — Pareceres favoráveis com Substituto da C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 116-69, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, autorizando o Poder Executivo firmar através do D.E.R. convênio com as Prefeituras Municipais de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação esfáltica de estradas que liga as duas cidades. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.C. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 116-67

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da estrada que liga aquelas duas cidades, conforme estudos já procedidos pelo D.E.R.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1969.

(a) Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 116-69

1. Objetiva o nobre Deputado Haroldo Bianchi, por intermédio deste plano de lei, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da estrada que liga aquelas duas cidades, conforme estudos já procedidos pelo mesmo Departamento.

2. Trata-se de projeto autorizatório e vem articulado e justificado nos nos termos do Regimento Interno.

3. O plano de lei em exame não tem disposição quer de ordem legal, quer de ordem constitucional, razão pela qual somos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1969.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 116-69

1 — Projeto de lei de natureza autorizatória, de autoria do nobre deputado Haroldo Bianchi, para que o Poder Executivo firme convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da estrada que liga as duas cidades.

PARECER:

1 — Projeto de Lei de natureza autorizatória, de autoria do nobre deputado Haroldo Bianchi, no sentido de que o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, firme convênio com as Prefeituras de Jacarézinho e Cambará, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica de estrada que liga aquelas duas cidades;

2 — A concretização do asfaltamento do trecho Jacarézinho-Cambará, propiciará o rápido escoamento das safras agrícolas daquela rica região;

3 — Nada há de ilegal ou inconstitucional;

4 — Nestas condições, nosso parecer é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em...

(a) Arthur de Souza — Presidente

Pinto Dias — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 116-69

Celebrar convênio é atribuição do senhor Governador, conforme dispõe a Constituição do Estado, em seu artigo 49, item IX, mais como se trate de um plano de lei meramente autorizatório, não encontramos qualquer impedimento de ordem financeira, que se lhe anteponha. Todavia julgamos ser a matéria de grande relevância, e de alto alcance socio econômico. O pretendido asfaltamento se concretizado, irá beneficiar não só os municípios de Jacarézinho e Cambará, como também os municípios circunvizinhos.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de janeiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Rinaldo Galvani — Relator

Discussão Única — da Proposição n. 430-68 — Ofício Circular n. 32-P da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, encaminhando cópia do Requerimento n. 1.283, de autoria do Senhor Deputado José de Assis daquele Legislativo. — Parecer da C.C.J. pelo Arquivamento. — Aprovado o Parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 430-68

PARECER

1. — A presente Proposição contém ofício circular n. 32-P da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, dando notícias da constituição de uma frente municipalista pró-asfaltamento das estradas BR-364, BR-060 e BR-183, de um memorial do Centro Oeste Brasileiro dirigido ao então Ministro do Interior, Gal. Afonso Augusto de Albuquerque Lima, fazendo várias sugestões a respeito de problemas daquela região.

2. — O referido expediente foi levado ao conhecimento do duto plenário, dando-se ciência do fato àquela Assembleia Legislativa, conforme se verifica da cópia do ofício que se encontra anexa.

3. — Assim, s.m.j., opinamos pelo arquivamento da presente Proposição.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Abraão Miguel — Relator

Ivo Tomazoni, Sívio Barros e Haroldo Bianchi

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, solicitando informações ao sr. Governador do Estado. — Em votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Quando V. Exa. anunciou votação eu descia da Mesa para pedir, rogá-lo a Mesa, encaminhar a votação, encaminhar meu voto.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, tem a palavra o sr. deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, o meu requerimento é despretencioso e singelo. Não tem no seu bojo, a não-ser o propósito de servir a esta Casa e ao Paraná, porque com todo o respeito que tenho a todos os meus brilhantes pares, que sei ciosos do seu dever de parlamentares, mas creio que, como eu próprio, poucos sejam aqueles Deputados nesta Casa que sabem responder ou tenham notícia objetiva das razões das minhas perguntas formuladas. E, como confesso de público, sr. Presidente, sr. Deputados, que não sei a quanto monta a dívida interna e externa do Estado do Paraná, como confesso de público que não sei qual o valor dos juros concedidos pelo Estado do Paraná às operações porventura feitas, como confesso não saber quanto o Estado paga de juros nessas operações, ou se não está a pagar, enfim, como não sei que compromissos estão sendo cumpridos ou se existe algum em insolvência, como sei que a Casa, quase à sua totalidade talvez forme comigo na incidência destes fatos, por esta razão, sr. Presidente, porque estamos, vez em quando, votando crédito, autorizando dotação de crédito, junto aos órgãos nacionais ou internacionais, como votando matéria desse jaez, que entendo de bom alvitre, para que nos conscientizemos das reais condições de compromissos financeiros do Estado, e que formule ao sr. Governador do Paraná, ao sr. Secretário da Fazenda, as perguntas deste requerimento.

E assim procedendo, estou querendo que a minha conduta de Deputado seja conscientizada no voto que propuz.

E assim agindo, acredito que estou a prestar benefícios à Casa, porque é ela muito responsável nas grandes dotações de empréstimos internos e externos. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Emenda à Constituição, oferecida pelo sr. deputado Seme Scaff nos seguintes termos: (Lê):

"EMENDA

Acrescente-se onde couber:

Os vencimentos dos Procuradores da Justiça serão fixados em quantia não inferior a nove décimos, dos atribuídos ao Chefe do Ministério Público. JUSTIFICATIVA:

Os cargos de Procuradores da Justiça não estão compreendidos em nenhuma entrância, no escalonamento da carreira do Ministério Público, sendo as suas funções específicas exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado.

Os seus membros integrantes pertencem, pois, à cúpula do Ministério Público, eis que diretamente ligados à superior instância.

Indispensável, diante do relevo da missão que desempenham, que lhes seja dada remuneração condigna, e que a mesma seja fixada em preceito constitucional, máxime porque tal fixação é feita em relação aos demais componentes da carreira.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 1970.

(a) Seme Scaff

O SR. PRESIDENTE — A Emenda não foi recebida pela Mesa, por ter sido apresentada fora do prazo marcado para oferecimento de Emendas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, às 9,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. Discussão — da Proposição n. 10-70

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

6a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 22a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às treze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomet, contando com as presenças dos senhores deputados Ovidio Franzoni, Ernesto Moro, Seme Scaff e Roberto Galvani. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 6-70 — de autoria do senhor deputado dilgo do Governo do Estado, Mensagem n. 2-70 encaminhando anteprojeto de lei, que altera dispositivos da Lei n. 5.775, de 17 de maio de 1.968, dispondo sobre concessão de autorização para obtenção de empréstimos externos, destinados a custeio com execução de obras rodoviárias estaduais, relator senhor deputado Roberto Galvani, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Lelio J. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 69a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Ivo Thomazoni. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor Deputado Olivir Gabardo apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 170-69 — de autoria do senhor deputado Pinto Dias, que declara de utilidade pública o "Lar Escolar Adalberto do Valle Feitosa" com sede na localidade de Praia de Leste, município de Paranaguá. Aprovada: PROJETO DE LEI N. 268-69 — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsini, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem aceitar a partir de 1-1-70, títulos de crédito até o limite de NCr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros novos), no exercício de 1.970, com vencimento não superior a 10 (dez) meses, e dá outras providências. Aprovada com emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente

Lelio G. Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 170-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o "Lar Escolar Adalberto do Valle Feitosa", com sede na localidade de Praia de Leste, município de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente

Olivir Gabardo e Roberto Galvani — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 268-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a aceitar quaisquer títulos de crédito, até o limite de NCr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros novos), com vencimentos até 12 (doze) meses a contar da data das respectivas medições e destinado à execução do Programa Básico de Obras Rodoviárias.

§ 1.º — Fica revogado o art. 1.º da Lei n. 5.824, de 18 de abril de 1.969, para utilização do saldo concernente à autorização dela constante.

§ 2.º — A despesa decorrente da autorização contida nesta Lei, será empenhada à conta dos Orçamentos próprios do Departamento de Estradas de Rodagem, para atender o pagamento das duplicatas à data dos seus vencimentos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente

Olivir Gabardo e Roberto Galvani — Relatores

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 70a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Olivir Gabardo. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Agnaldo Pereira Lima apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 374-68 — de autoria do senhor Deputado Roberto Galvani, que declara de utilidade pública o Ambulatório Médico Gratuito "Sol do Oriente", mantido pela Loja Maçônica do mesmo nome com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 6-70 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n. 2-70, encaminhando anteprojeto de Lei, que altera dispositivos da Lei n. 5.775, de 17-5-68, dispondo sobre concessão de autorização para obtenção de empréstimos externos, destinado a custeio da execução de obras rodoviárias estaduais. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente

Lelio G. Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 6-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 2.º, da Lei n. 5.775, de 17 de maio de 1.968 e a alínea "a", do art. 3.º da mesma Lei, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º

Parágrafo único. Como seja necessário, a CODEPAR (atual Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP), poderá oferecer Notas Promissórias emitidas pelo Governo do Estado ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A., despendidas quanto a este as limitações legalmente importas e razões a serem realizadas"

"Art. 3.º

a) — juros anuais até o limite máximo fixado pelo Banco Central da República, pagáveis semestralmente e sempre sobre o saldo devedor."

Art. 4.º — O art. 4.º, da Lei n. 5.775, de 17 de maio de 1.968, fica acrescido da alínea "e", com a seguinte redação:

e) — para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamentos externos, poderá o Poder Executivo colaborar na conclusão das mesmas com recursos próprios, que correrão por conta de dotação orçamentária específica"

Art. 3.º — Para complementação de recursos destinados à execução do plano de obras rodoviárias estaduais, fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos externos até o limite de NCr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros novos).

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, na dotação 70-4 2-62-03-0, Departamento de Estradas de Rodagem, Consignação 4.3.3.0 "auxílios para obras públicas", um crédito suplementar até o valor de NCr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros novos), servindo como recurso para sua abertura, o produto dos empréstimos de que trata o artigo anterior.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de fevereiro de 1.970

(aa) Olivir Gabardo — Presidente

Agnaldo P. Lima e Roberto Galvani — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 374-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Ambulatório Médico Gratuito "Sol do Oriente", mantido pela Loja Maçônica do mesmo nome, com sede na cidade de Curitiba, à rua Portugal n. 350.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1.970

(aa) Olivir Gabardo — Presidente

Agnaldo P. Lima e Roberto Galvani — Relatores

COMISSÃO REDAÇÃO

ATA DA 71.ª REUNIAO ORDINARIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Ivo Thomazoni. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo o senhor deputado Olivir Gabardo apresentado redação final ao seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 265-69 — de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, que denomina "Grupo Escolar Silvio Zanini" o Grupo Escolar situado na sede do município de Quatiguá — Aprovada. Pelo senhor deputado Agnaldo Peretira Lima, foi apresentado redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 287-68 — de Autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que concede ao senhor João Batista Focaccia, presidente da Associação Paranaense de Reabilitação, o título de "Cidadão Benemérito do Paraná. PROJETO DE LEI N. 248-69 — de autoria do senhor deputado Silvio Barros, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais — S.O.S., com sede em Maringá. PROJETO DE LEI N. 276-69 — de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do D.E.R., com o município de Paranaguá, para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica no trecho de estrada que liga Praia de Leste à Pontal do Sul — Aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encorreu os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Lélio G. Sotte Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 278-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica concedido ao senhor João Baptista Focaccia, presidente da Associação Paranaense de Reabilitação, o título de "Cidadão Benemérito do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Agnaldo P. Lima e Olivir Gabardo — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 248-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, o "Serviço de Obras Sociais" — S.O.S., com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Agnaldo P. Lima e Olivir Gabardo — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 265-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica denominado "Grupo Escolar Silvio Zanini", o Grupo Escolar situado na sede do município de Quatiguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Agnaldo P. Lima e Olivir Gabardo — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 276-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o município de Paranaguá, destinado à execução dos serviços de pavimentação asfáltica do trecho de estrada que liga Praia de Leste à de Pontal do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-2-70

(aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Agnaldo P. Lima e Olivir Gabardo — Relatores

PORTARIAS:

PORTARIA N. 107-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 629, de 12 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria n. 73-70 de 29 de janeiro de 1970, ficando as férias concedidas pela citada Portaria para serem gozadas em época oportuna.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 108-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 464-70, de 2 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 518-69, de 29 de dezembro de 1968, a Edmir Enélio da Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 109-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 658, de 13 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria n. 81-70 de 3 de fevereiro de 1970, para época oportuna.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 110-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 593-70, de 6 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

I — Revogar, a Portaria n. 3-70, de 6 de janeiro de 1970, na parte que se refere aos funcionários Ocirema Stamm Bellé, Siomara Lopes Gomide e Elói Mezzadri.

II — Conceder a Ocirema Stamm Bellé, Siomara Lopes Gomide, dez (10) dias de férias e a Elói Mezzadri, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 1.º de fevereiro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 111-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 652, de 13 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Jorge Assad Mansur, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1969, a partir de 16 de fevereiro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 112-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 641, de 13 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Josias Marquesi, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 26 de fevereiro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 113-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 672, de 13 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Almir Monteiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, treze (13) dias de licença, para tratamento, a partir de 16 de fevereiro do corrente ano em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 114-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 673, de 13 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Almir Monteiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nove (9) dias de licença, para tratamento, a partir de 5 de fevereiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 115-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 519-70, de 3 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 518-69, de 29 de dezembro de 1968, a Izabel de Deus Bueno, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 116-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 513-70, de 3 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 46-70, de 14 de janeiro de 1970, a Armando Soichi Iwaya, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 117-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 594-70, de 6 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ulida Mathias Blanc, ocupante do cargo de nível PL "15", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias referentes a 1970, a partir de 12 de fevereiro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral